

### *O estudo de caso*

O estudo de caso é um procedimento de pesquisa no qual o sociólogo estuda em detalhes uma organização, uma instituição ou um grupo social específico. Pode ser também o estudo de uma dada comunidade — décadas atrás se falava em “estudos de comunidade”. Embora esteja fortemente relacionado ao método de trabalho de campo, não há uma única metodologia específica associada ao estudo de caso, que pode combinar procedimentos quantitativos e qualitativos.

É possível escolher um caso para ser estudado em razão de sua peculiaridade, tendo como objetivo extrair o máximo de compreensão possível daquele objeto singular. Por exemplo, um sociólogo interessado em estudar a vida de um grande

intelectual ou escritor, ou um pesquisador curioso a respeito de um ritual religioso específico. Mas muitos cientistas sociais também tomam o caso escolhido como evidência para explorar a validade de afirmações mais gerais sobre a interação social entre os homens. Podem, também, fazer múltiplos estudos de caso como forma de produzir mais informação sólida para essas generalizações.

Como se vê, o estudo de caso não é uma simples ilustração de um problema geral, mas uma tentativa de descobrir novos aspectos do fenômeno em questão mediante a observação de uma realidade singular. Ou seja, o objetivo pode ser discutir a própria teoria sociológica. A ilustração apenas explicita um aspecto já consolidado na teoria.

Um exemplo clássico de estudo de caso com implicações teóricas mais gerais foi escrito por J. Goldthorpe, D. Lockwood, F. Beckhofer e J. Platt em 1968/69 na Inglaterra. Para testarem a afirmação de que a afluência da sociedade europeia no período posterior à II Guerra teria dissolvido a identidade singular da classe trabalhadora, agora incorporada à classe média, os pesquisadores escolheram justamente uma região industrial que pagava bons salários aos operários. Ou seja, o caso escolhido por eles era bem “favorável” à tese geral.

E, fazendo um intenso estudo naquela região, descobriram que mesmo lá ainda persistia uma cultura operária vigorosa, o que afastava a ideia de que as identidades de classe estariam então se dissolvendo.

Finalmente, relatar o caso é um passo especialmente delicado, já que envolve não uma narrativa impessoal ou neutra, mas um artifício discursivo, sujeito a múltiplas tensões e contradições. Mais recentemente, numerosos cientistas sociais vêm evidenciando o quanto o texto produzido a partir de um estudo de caso comporta uma dimensão ficcional, seja pela

sua estrutura, seja pela própria natureza do discurso empregado. Afinal, por mais que o sociólogo não “invente” fatos, sua própria descrição deles já implica uma forma de estilização narrativa. Mais uma vez, estar consciente desse problema é essencial para qualquer sociólogo reflexivo.

Um bom exercício sociológico é imaginar que tipo de estudo de caso um estudante de ensino médio no Brasil poderia fazer em sua cidade. Por exemplo, ele poderia analisar a dinâmica de funcionamento do hospital municipal, observando as relações entre médicos e pacientes, a linguagem empregada pelos profissionais de saúde, as gírias etc. Ou mesmo fazer pesquisas de campo em dois colégios diferentes na mesma cidade, para analisar as eventuais diferenças entre adolescentes de escolas públicas e particulares. Será que provariam ou confirmariam a hipótese mais geral? Esse tipo de exercício é um ótimo passo introdutório para refinar a imaginação sociológica.

### **Histórias de vida**

Ao elaborar uma história de vida, o sociólogo busca examinar a trajetória de um grupo de indivíduos analisando suas biografias, o percurso familiar e o modo como as pessoas contam suas histórias. Um dos mais famosos exemplos do uso dessa técnica de pesquisa está na obra *The Polish peasant in Europe and America*, de W.I. Thomas e Florian Znanieck, cuja primeira parte foi publicada em 1918 (a obra tinha ao todo mais de 2 mil páginas). Nela, Thomas e Znanieck buscavam analisar o impacto da experiência migratória sobre camponeses poloneses nos EUA. Para tanto, não apenas entrevistaram várias dessas pessoas (chegaram a publicar anúncios nos jornais oferecendo pagamento em troca de entrevistas), como

também analisaram cartas, relatos familiares, documentos de migração e todo tipo de material que lhes permitisse reconstruir essa experiência social.

Ao usar as histórias de vida, o sociólogo busca captar não o “passado tal como se deu”, mas o sentido conferido pelos agentes à experiência objetiva vivenciada por eles. Thomas e Znanieck chegaram a coletar um extenso relato autobiográfico de um polonês contratado pelos anúncios nos jornais, Wladek Wisznieswski.

Uma forma bem conhecida de coletar histórias de vida é a chamada “história oral”. Esse procedimento implica a produção de fontes de pesquisa sócio-histórica por intermédio do registro oral. Isto é, o pesquisador pode tomar como indicadores para seu estudo relatos verbais produzidos pelos mais variados indivíduos. Isso requer uma técnica cuidadosa para estruturação das entrevistas, checagem de informações, condições de interação com os entrevistados etc. As histórias de vida coletadas por esse método podem servir como dados para a compreensão das transformações de um período

tal como vivenciadas pelos próprios sujeitos, além de constituírem material de reflexão por si mesmas. Afinal, são evidências significativas de como as pessoas constroem as narrativas de suas vidas e se constituem como indivíduos históricos.

É comum os pesquisadores questionarem a relevância das histórias de vida ou mesmo da história oral, alegando que tais materiais e técnicas são por demais subjetivos. Ora, é possível perguntarmos se os dados não verbais são completamente confiáveis; afinal, trata-se de registros escritos produzidos por agentes humanos situados em condições histórico-sociais específicas. Por exemplo, ao usarmos arquivos policiais para estudar um determinado movimento social ou político, corremos o risco de escrever uma pesquisa a partir do olhar do

agente repressivo. Cabe ao pesquisador controlar esses riscos e utilizar a história de vida de forma combinada com outros métodos e técnicas. Além disso, as possíveis “distorções” ou “omissões” são, por si sós, material interessante para reflexão. Afinal, qual sociólogo não se interessaria em entender o significado de certos silêncios de seu entrevistado?

Um bom exercício sociológico seria solicitar aos alunos que tentassem traçar as trajetórias de personagens relevantes em suas comunidades, articulando as narrativas pessoais com as transformações históricas ocorridas na região. Se a promessa da sociologia é relacionar biografia e história, não seriam as histórias de vida o grande material para essa empreitada?

### O método comparativo

Uma forma de pesquisar fenômenos sociais é através da comparação. Os sociólogos que optam por esse método estão, em geral, interessados em dar um passo além dos estudos de caso e buscam construir explicações mais gerais sobre os objetos sociais. Podem, também, estar curiosos a respeito das causas de determinados fenômenos, como, por exemplo, a existência de regimes ditatoriais ou autoritários.

Um exemplo clássico de estudos comparados é o livro de Barrington Moore Jr. intitulado *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Nessa obra, o sociólogo compara diversos países tomando como foco as grandes transformações no mundo agrário que produziram a passagem para a modernidade industrial, com destaque para o papel político de camponeses e elites proprietárias de terra. Quais os arranjos sociais específicos nos quais esses atores se envolviam nos países analisados? Moore analisou EUA, Inglaterra, França, China, Índia

e Japão, tomando esses casos como exemplares de padrões específicos de modernização.

Assim, revoluções burguesas que democratizassem a propriedade produziram regimes parlamentares, hoje característicos de países como França, Inglaterra e EUA, enquanto rupturas que preservassem o monopólio de poder dos grandes proprietários tradicionais num contexto de fraqueza da burguesia produziram “modernizações pelo alto”. Finalmente, países onde os camponeses ainda representassem uma fração considerável da sociedade conheceriam revoluções agraristas típicas do mundo comunista (caso da China, por exemplo). Como se vê, a partir da análise histórica de alguns casos exemplares selecionados, tendo como foco um aspecto específico da vida social (a questão agrária e seus atores), Barrington Moore produziu um estudo com vasto poder de generalização e que permanece até hoje como clássico a despeito de inúmeras críticas.

Mas nem todo estudo comparativo precisa ser tão grandioso. Um clássico mais recente desse método foi escrito por Robert Putnam em 1993 e intitula-se *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Nele, Putnam investigava o estado da democracia na Itália e tentava explicar a diferença de desempenho das instituições em diferentes regiões do país, tomando por base o desempenho de 20 governos regionais desde 1970. Ao destacar algumas variáveis históricas e culturais como eixos de comparação, ele mostrou como a democracia produzia resultados divergentes em função do estoque de capital social de cada região. Ou seja, em determinados locais havia um círculo virtuoso que conjugava participação política, confiança mútua e solidariedade social, enquanto noutros predominavam atitudes que emperravam o associativismo entre os cidadãos. Assim, o exercício comparativo feito por

Putnam serviu para mostrar como instituições semelhantes poderiam produzir resultados diferentes em função da ausência ou presença de uma cultura cívica que as animasse.

Como se vê, os estudos comparativos permitem ao cientista social trabalhar com vários estudos de caso numa perspectiva mais ampla e assim ter mais segurança para fazer afirmações gerais sobre as relações entre variáveis ou mesmo as causas possíveis de certos fenômenos. A pesquisa pode comparar instituições, governos, políticas públicas ou mesmo práticas sociais mais amplas, e a questão da escolha dos casos é crucial para a eficácia do estudo. Afinal, deve-se ter clareza sobre o que se compara ou mesmo por que se compara, sob risco de o pesquisador trabalhar com casos ou variáveis que não se articulam adequadamente.

Finalmente, é possível comparar um mesmo fenômeno no tempo, inclusive dentro de um único contexto nacional. Alguns estudos, por exemplo, tratam do impacto de novas legislações examinando o mesmo país antes e depois de uma nova constituição.

### ***O trabalho de campo***

Uma forma de estudar um dado fenômeno social é ir até ele. Isso pode parecer óbvio, mas nem todas as pesquisas exigem isso, como as feitas com base em análises estatísticas ou pesquisa bibliográfica e documental, por exemplo. No trabalho de campo, o sociólogo deve frequentar por um bom período de tempo o “objeto” escolhido para sua pesquisa, que pode ser uma instituição, um grupo social, uma organização etc.

O objetivo de um trabalho de campo é analisar a fundo um objeto de pesquisa, atentando para seus aspectos mais variados, como a rotina diária, a linguagem usada pelas pessoas, o modo como certos problemas surgem e são resolvidos, a dinâmica da interação entre os indivíduos, a hierarquia e a distribuição de poder etc. É claro que é impossível o sociólogo analisar todos os aspectos, e a relevância de cada um deles vai depender da pergunta principal da pesquisa ou mesmo de descobertas feitas no próprio “campo”, pois é comum que hipóteses iniciais sejam completamente alteradas no dia a dia da pesquisa.

No trabalho de campo é fundamental que o pesquisador evite julgamentos ou mesmo avaliações morais baseadas nos seus próprios pressupostos valorativos. Isso pode impedir a percepção de códigos, sentidos e formas de comunicação que são fundamentais para a dinâmica de funcionamento de certa organização. Por exemplo, um estudioso que vá pesquisar uma tribo urbana de grafiteiros vai perder muito em sua

pesquisa se partir do pressuposto de que pichar não passa de uma atividade criminosa e sem nenhum valor estético. Não se trata de relativismo moral, mas da capacidade de treinar o olhar para perceber como os próprios agentes estudados constituem seus mundos e suas práticas, e o significado que dão a elas.

No trabalho de campo o observador pode usar as mais variadas ferramentas, como entrevistas em profundidade, observações gerais, análise de documentos produzidos pelas instituições analisadas etc. Um bom exemplo de pesquisa de campo nos é dado por William Foote Whyte no seu livro *Sociedade de esquina*. Whyte estudou uma área ítalo-americana da cidade de Boston entre 1936 e 1940 — que ele chamou ficticiamente de Cornerville —, onde passou longos períodos interagindo com os grupos lá existentes e anotando sistematicamente eventos, palavras, conflitos e modos de comunicação que lhe pareciam significativos. Sua poderosa imaginação sociológica lhe permitiu atentar para detalhes aparentemente insignificantes, como um simples jogo de boliche entre amigos. Whyte percebeu que as pontuações de cada colega no jogo eram proporcionais ao prestígio de cada um na dinâmica do grupo social, como se a credibilidade pessoal do sujeito lhe permitisse ter maior autoconfiança e lhe garantisse o respeito e o estímulo dos colegas. Seu livro foi importante por mostrar que uma área urbana degradada e periférica poderia ter uma organização social altamente complexa e hierarquizada, com uma rica nuance de códigos regendo as interações entre os indivíduos. Whyte só percebeu essa organização porque seu trabalho de campo foi bastante completo, o que lhe franqueou a entrada nos mais variados cenários da vida cotidiana de Cornerville.

A observação participante associada à pesquisa empírica é um tipo de trabalho de campo bastante utilizado pelos cientistas sociais em geral e foi bastante associada à chamada escola de Chicago. Ao optar por essa abordagem, o sociólogo não apenas passa um longo tempo no cenário de seu estudo, mas de certa forma interage com ele, tentando comportar-se de acordo com os hábitos rotineiros do grupo ou da organização. Essa é uma boa forma de conhecer códigos e segredos internos que dificilmente seriam revelados facilmente a um “observador”. Entretanto, não se deve esquecer que o sociólogo não é um “nativo” propriamente dito, pois ele nunca vai ter a naturalidade e a espontaneidade que marcam a vivência dos indivíduos habituados desde muito à dinâmica do grupo.

Outro bom exemplo desse tipo de observação é descrito pelo sociólogo norte-americano Howard Becker, que fez, juntamente com outros colegas, uma pesquisa sobre estudantes de medicina. Essa pesquisa foi publicada em 1961 num livro intitulado *Boys in white: student culture in medical school*. Becker e seus colegas frequentaram cursos de formação com os estudantes e compartilharam de suas experiências cotidianas no laboratório, comendo e dormindo segundo suas rotinas e acompanhando clínicas. Nesse período, iniciavam conversações informais, não “entrevistas”, nas quais procuravam averiguar as aspirações, medos, afetos e modos de se portar característicos desse grupo. Segundo Becker, o cientista social deve atentar para uma série de procedimentos nesse tipo de pesquisa: a confiabilidade dos informantes, a regularidade de certas práticas, o tipo de informação veiculada (foi espontânea ou provocada pelo questionamento de outro?) e a frequência de certos fenômenos.

Como se pode perceber, a pesquisa de campo e a observação participante são técnicas muito utilizadas pelos sociólogos

em estudos de caso. Entretanto, nas duas últimas décadas, numerosos cientistas sociais questionaram a validade dessas técnicas, por considerarem que os seus praticantes envolvem-se em relações assimétricas de poder com seus informantes. Ou seja, é como se Foote Whyte “usasse” os habitantes de Cornerville e não questionasse o seu próprio olhar de cientista educado, que marcaria de forma indelével sua interpretação sobre eles. O antropólogo americano Clifford Geertz enfatizava que as interpretações produzidas num trabalho de campo não são resultados diretos de observação controlada da realidade, mas ficções de segunda ordem, construídas a partir das próprias narrativas produzidas pelos “nativos” (no caso de Whyte, seus colegas italianos no bairro pobre de Boston).

Esse conjunto de críticas e questionamentos não invalidou totalmente o trabalho de campo, mas certamente obrigou os sociólogos a serem menos ingênuos em relação àquilo que acreditam estar “vendo” e narrando.